

A FORMAÇÃO CONTÍNUA DOS DOCENTES NAS IES PRIVADAS DA FRONTEIRA TRINACIONAL

Blasius Silvano Debald¹

Introdução

A docência no Ensino Superior é um constante aprendizado, tanto no aspecto didático-metodológico, quanto no domínio do conhecimento a ser construído. Embora estas dimensões estejam presentes no cotidiano universitário, falta, nas IES privadas da região da fronteira, aquela que se considera essencial à eficácia do processo de ensino e aprendizagem – a formação contínua dos docentes. Nas IES privadas, a formação contínua dos docentes está longe de ser uma realidade, pois o regime de trabalho horista não favorece a constituição de um vínculo duradouro, além da constante rotatividade do quadro docente. Desta forma, a falta de políticas claras de formação contínua nas IES privadas tem contribuído para que os docentes procurem, por iniciativa própria, a atualização que é necessária para a prática docente. O objeto de estudo deste trabalho aborda o resultado da primeira etapa da pesquisa que consiste em discutir a forma como os docentes das IES privadas buscam sua formação contínua, o tipo de vínculo, a rotatividade, a forma de remuneração, além do nível de formação exigida para o ingresso na carreira do ensino superior.

1. Expansão das IES privadas e a formação do quadro docente

A última década tem revelado um crescimento acelerado de IES privadas no Brasil, mostrando que é um investimento rentável, atraindo empresários de diversos setores da economia. Estas Instituições de Ensino Superior são estruturadas de forma isolada e

¹ É Professor do Curso de História da Faculdade União das Américas-UNIAMÉRICA/PR e Mestre na Área Sócio-Cultural-UNISC/RS.

organizadas, prioritariamente, para o ensino. A maioria dos alunos das IES privadas estuda à noite, pois durante o dia são trabalhadores e a concentração dos cursos nas áreas de ciências sociais aplicadas, visando atender a demanda que já está no mercado de trabalho.

Se na última década a realidade nacional do ensino privado tem índices de crescimento acelerado, o mesmo se percebe na região do oeste paranaense, principalmente próximo a fronteira trinacional. Tanto no Brasil, como no Paraguai e Argentina, há um crescimento de Instituições de Ensino privado. Conforme Peixoto (2005), em 2002 foram autorizadas 230 instituições privadas no Brasil, um crescimento de 19%. Já em 2003 o número caiu para 118 (crescimento de 8%). Atualmente estão tramitando no Conselho Nacional de Educação próximo de 1000 pedidos de credenciamento².

Em relação a qualificação docente, o censo/1998-2004 demonstra que o regime de contrato e o tipo de educação que as IES privadas estão oferecendo ao mercado não se baseia num padrão de qualidade social. Estas constatações são perceptíveis nas entrevistas dos professores que trabalham nas IES privadas da região da fronteira, principalmente quando o Professor H (2004)³ afirma que *“só horas para o ensino, sem pesquisa e tempo para preparar as aulas, contribui para diminuir a qualidade do trabalho docente”*. O desabafo tem fundamento, uma vez que 85% dos docentes entrevistados que trabalham nas IES privadas do oeste paranaense e no Paraguai tem regime horista.

Nas entrevistas com as Direções sobre a existência do Plano de Carreira ou uma política de incentivo a formação contínua dos docentes, as respostas obtidas demonstram o descaso dos dirigentes, pois para a primeira questão, a resposta foi – *“está em fase de estudos”*, enquanto para a segunda, *“a Faculdade tem uma proposta de formação contínua, pois queremos bons profissionais atuando no ensino superior”*⁴. Para Alarcão (1998)⁵, a

² PEIXOTO, Madalena Guasco. A reforma do Ensino Superior Privado. **Jornal Classe Operária**. Disponível em: www.vermelho.org.br, n. 73, 7 mai. 2005, p.05.

³ A.L.A. (Professor H). Entrevista realizada na CESUFOZ. Foz do Iguaçu, 21 de setembro de 2004. (p.3)

⁴ M.C.P. (Direção B). Entrevista realizada no ANGLO. Foz do Iguaçu, 27 de setembro de 2004. (p.5)

formação continuada é um processo dinâmico por meio do qual, ao longo do tempo, um profissional deverá adequar sua formação às exigências de sua atividade profissional.

Contudo, o discurso não combina com a realidade, pois o professor das IES privadas não tem incentivo para participar de cursos e ou freqüentar programas de Pós-Graduação. Segundo Behrens (1996)⁶, os professores não são ouvidos sobre suas dificuldades e expectativas, pois as propostas de formação são autoritárias e quando se propõem fazer alguma discussão o fazem sobre os docentes e não com eles. Desta forma, fica difícil falar e pensar em políticas de formação contínua para professores que atuam nas IES privadas, pois isso significa investimento que nem sempre está disponível ou não há interesse por parte das mantenedoras.

Na primeira etapa da investigação fez-se um levantamento de dados sobre o nível de formação dos professores e quais as políticas expressas na Proposta Pedagógica das Instituições referente à formação contínua. Os dados obtidos são interessantes, uma vez que demonstram que há uma certa *caça aos mestres e doutores* – presente na fala dos diretores – para evitar um investimento nos primeiros anos em formação docente. O mestre ou doutor já é um ser “pronto” para o exercício do ensino, meta principal para quem dirige as IES privadas e presentes no discurso dos diretores.

Apesar de ser uma posição comum de se encontrar no nível superior privado, há de se destacar o pensamento contrário a política desta natureza, como o de Marques (2000)⁷, que defende a formação de professores, bem como a sua seleção e aperfeiçoamento contínuo no exercício profissional como sendo o primeiro plano das preocupações no campo da educação, especialmente quando estas se centram no rendimento qualitativo dos sistemas educativos.

⁵ ALARCÃO, Isabel. Formação continuada como instrumento de profissionalização docente. In: VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). **Caminhos da profissionalização do magistério**. 2ed. Campinas-SP: Papirus, 1998. (p.100)

⁶ BEHRENS, Marilda Aparecida. **Formação continuada dos professores e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 1996. (p. 133)

⁷ MARQUES, Mario Osório. **A formação do profissional da educação**. Ijuí-RS: Ed. UNIJUÍ, 2000. (p. 16)

Trabalhou-se nesta primeira etapa com nove IES privadas que oferecem, na sua totalidade, mais de uma centena de cursos. Um dado a ser destacado é que a grande maioria das faculdades é relativamente jovem, ou seja, menos de dez anos e muitos dos cursos em funcionamento ainda não passaram pelo processo de reconhecimento.

Para entender procedimentos desta natureza, busca-se a justificativa no processo de contratação e seleção dos docentes com mestrado ou doutorado nos primeiros anos de existência para não ter problemas com o reconhecimento e também para eximi-las de investimentos na formação profissional. Apesar da *caça às titulações*, a maioria dos docentes universitários das instituições pesquisadas possui o título de especialista.

A prevalência do Especialista nas IES privadas pode ser explicada pela distância do extremo oeste paranaense em relação aos grandes centros de formação e as longas jornadas de trabalho que impossibilitam a formação em nível de Pós-Graduação. Na prática, a maioria dos professores que atuam no ensino superior das faculdades privadas fazem sua formação continuada sem apoio institucional. Assim, o professor da rede privada fica a mercê de seus próprios investimentos para continuar seu processo de formação continuada, garantindo sua atualização e permanência no emprego.

2. É possível falar em qualificação docente nas IES privadas?

A expansão acelerada das IES privadas tem mostrado que há demanda para algumas áreas e que investir em educação como uma alternativa econômica já é aceito pela sociedade, principalmente se considerar a situação das Universidades Públicas brasileiras. Se por um lado o processo contribuiu para suprir a carência da oferta de cursos em nível superior, por outro teve reflexos diretos na prática docente e na jornada de trabalho. O crescimento das faculdades privadas tem relação com o fato dos governantes serem incapazes de ampliar as vagas nas universidades públicas, apostando como solução do problema, ampliar o campo do ensino

privado. Apesar do crescimento das instituições e dos investimentos cada vez mais acentuados em tecnologia e infra-estrutura, a qualidade do ensino ainda está distante de ser considerada satisfatória. No entender de Demo (2002)⁸, *“a qualidade da educação depende, em primeiro lugar, da qualidade do professor”*.

É difícil abordar a questão da qualificação, principalmente quando há predominância da formação de Especialista nas IES privadas. Conforme o gráfico 1, os docentes das IES da tríplice fronteira tem, em sua maioria, titulação de especialista, contrariando de certa forma o art. 66 da LDB⁹, no qual se lê: *“a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado”*.

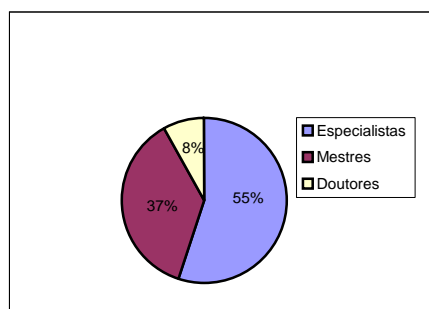


Gráfico 1: Nível de formação dos docentes das IES privadas do extremo oeste do Paraná.

Contudo, a análise de Teixeira (2005)¹⁰ é pertinente quando afirma que o texto da lei não faz qualquer referência sobre a necessidade dos docentes do Ensino Superior terem cursado disciplinas de didática e metodologia para exercerem a docência. Talvez seja um tanto contraditório, mas encontramos professores no Ensino Superior que são amadores na arte de ensinar e sequer ouviram falar de Pedagogia, Didática ou Metodologia do Ensino, enquanto para ensinar crianças e jovens temos profissionais que fizeram um curso de licenciatura que os preparou para a tarefa do aprender a aprender.

⁸ DEMO, Pedro. Professor e seu direito de estudar. In: NETO, A.S.; MACIEL, L.S.B. (Orgs.) **Reflexões sobre a formação de professores**. Campinas-SP: Papyrus, 2002. (p. 72)

⁹ LEI n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

¹⁰ TEIXEIRA, Gilberto. **Uma análise crítica do ensino superior brasileiro**. Disponível: www.serprofessoruniversitario.pro.br. (p. 12)

Outra crítica que merece ser apresentada é o formato dos cursos de Pós-Graduação, principalmente os programas de Mestrado e Doutorado. Enquanto nos cursos de Especialização – Pós-Graduação *Latu Sensu* há obrigatoriedade da disciplina de Metodologia do Ensino Superior, os cursos de mestrado e doutorado são considerados como uma preparação para a pesquisa científica, com aprofundamento dos conhecimentos numa área específica. Poucos são os programas que contemplam disciplinas de Didática, Metodologia ou Pedagógicas.

Apesar de existirem mecanismos para qualificar o corpo docente, há uma sinalização clara por parte das Mantenedoras em não contratar os docentes em regime diferente do horista, pois significaria *financiar* a pesquisa. No entendimento dos dirigentes das IES privadas, “as Faculdades não tem nenhuma obrigação para investir na pesquisa”. Ledo engano, pois se o professor for um pesquisador, continuará seus estudos e com certeza reverterá em prol da melhoria da prática docente. Para Lucarelli (2000)¹¹, “a inovação no ensino universitário e a formação pedagógica daqueles que desenvolvem essa prática constituem-se em um objeto de análise significativo para os interessados no problema da qualidade da educação nesse nível.”

Desta forma, é difícil encontrar Planos de Carreira em vigência nas IES privadas da tríplice fronteira, assim como contratos de docentes em regime parcial ou integral. É mais uma demonstração do descaso com a qualificação docente e a opção pelo contrato horista – mais econômico por um lado, mas que não auxilia na construção de vínculos do docente com a instituição, permanecendo apenas durante o período das atividades de ensino. Assim, na primeira oportunidade que tiver, o docente deixa a instituição, contribuindo para aumentar o índice de rotatividade, marca dos colegiados dos cursos das IES privadas da região da fronteira trinacional. Soma-se a esta questão, a experiência do corpo docente, geralmente a primeira no

¹¹ LUCARELLI, Elisa. Um desafio institucional: inovação e formação pedagógica do docente universitário. In: CASTANHO, M. E. L. M.; CASTANHO, Sérgio (Orgs.) **O que há de novo na educação superior: do projeto pedagógico à prática transformadora**. Campinas – SP: Papyrus, 2000. (p.61)

ensino superior, o que também gera desconfiança por parte dos acadêmicos. Se por um lado surge como obstáculo, por outro é um diferencial, pois a maioria tem experiência docente em nível médio, tendo, portanto, domínio didático e metodológico.

Assim, a falta de uma política que incentive a pesquisa, a formação contínua e a qualificação de um modo geral do corpo docente – participação em congressos, seminários para apresentar trabalhos, são reflexos de administradores não formados nos quadros educacionais e que aplicam a mesma metodologia administrativa de empresas à área educacional. O resultado é conflituoso contrariando interesses, opondo acadêmicos e professores contra os dirigentes das Mantenedoras, prejudicando o processo educativo. A solução para o impasse poderia ser um assessoramento pedagógico por parte dos Mantenedores, principalmente da realidade pesquisada, aliando a competência das ações pedagógicas com a possibilidade de obter lucros com o Ensino Superior.

Considerações finais

O crescimento das IES privadas na região da tríplice fronteira nos últimos anos é um indicativo de que as vagas existentes não atende a demanda dos interessados, uma vez que existem apenas três universidades públicas. Se por um lado existe esta preocupação com a expansão do ensino superior, acompanhado de uma infra-estrutura às vezes melhor do que das universidades públicas, por outro, as condições de trabalho dos docentes e o apoio às atividades docentes ainda estão distantes das ideais.

Considerando-se que a contratação horista é a predominante nas IES públicas, este vínculo empregatício não possibilita um comprometimento maior com a instituição, sem falar da pesquisa que é totalmente impossível, quando se tem um contrato de trabalho, exclusivamente para a atividade de ensino. Percebeu-se que a qualificação profissional dos docentes na região

da tríplice fronteira sofre duplo entrave – contratos horistas e a distância dos centros formadores de pós-graduação (mestrado e doutorado).

Finalmente, o não investir na formação contínua dos docentes e o fato dos administradores das IES privadas não terem uma visão pedagógica do *negócio*, cria um conjunto de desgastes que está longe de ser considerado como um espaço de formação e produção do conhecimento.

Referências Bibliográficas

A.L.A. (Professor H). Entrevista realizada na CESUFOZ. Foz do Iguaçu, 21 de setembro de 2004.

ALARCÃO, Isabel. Formação continuada como instrumento de profissionalização docente. In: VEIGA, Ilma Passos A. (Org.). **Caminhos da profissionalização do magistério**. 2ed. Campinas-SP: Papyrus, 1998.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **Formação continuada dos professores e a prática pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 1996.

DEMO, Pedro. Professor e seu direito de estudar. In: NETO, A.S.; MACIEL, L.S.B. (Orgs.) **Reflexões sobre a formação de professores**. Campinas-SP: Papyrus, 2002.

LEI de Diretrizes e Bases, n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

LUCARELLI, Elisa. Um desafio institucional: inovação e formação pedagógica do docente universitário. In: CASTANHO, M. E. L. M.; CASTANHO, Sérgio (Orgs.) **O que há de novo na educação superior: do projeto pedagógico à prática transformadora**. Campinas – SP: Papyrus, 2000.

M.C.P. (Direção B). Entrevista realizada no ANGLO. Foz do Iguaçu, 27 de setembro de 2004.

MARQUES, Mario Osório. **A formação do profissional da educação**. Ijuí-RS: Ed. UNIJUÍ, 2000.

PEIXOTO, Madalena Guasco. A reforma do Ensino Superior Privado. **Jornal Classe Operária**. Disponível em: www.vermelho.org.br, n. 73, 7 mai. 2005.

TEIXEIRA, Gilberto. **Uma análise crítica do ensino superior brasileiro**. Disponível: www.serprofessoruniversitario.pro.br.